

## LEI Nº 2.794, DE 06 DE MAIO DE 2003

**REGULA** o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Estadual.

### **O GOVERNADOR DO ESTADO DO AMAZONAS**

**FAÇO SABER** a todos os habitantes que a **ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA** decretou e eu sanciono a presente

#### **LEI:**

#### **CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

**Art. 1.º** - Esta Lei estabelece normas gerais sobre o processo administrativo no âmbito da Administração centralizada e descentralizada do Estado do Amazonas, visando, em especial, à proteção dos direitos dos administrados e ao melhor cumprimento do interesse público.

**Parágrafo único** - Os preceitos desta Lei aplicam-se, inclusive, aos órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário do Estado, quando no desempenho de função administrativa, bem como às pessoas que exploram serviço público estadual por delegação ou outorga.

**Art. 2.º** - A Administração Pública obedecerá, dentre outros, aos princípios da legalidade, prevalência e indisponibilidade do interesse público, presunção de legitimidade, autotutela, finalidade, impessoalidade, publicidade, motivação, razoabilidade, proporcionalidade, moralidade, devido processo legal, ampla defesa, contraditório, segurança jurídica, boa-fé e eficiência.

**Parágrafo único** - Nos processos administrativos serão observados, especialmente, os critérios de:

- I** - atuação conforme a lei e o Direito;
- II** - atendimento a fins de interesse geral, vedada a renúncia total ou parcial de poderes ou competências, salvo autorização em lei;
- III** - objetividade no atendimento do interesse público, vedada a promoção pessoal de agentes ou autoridades;
- IV** - atuação segundo padrões éticos de probidade, decoro e boa-fé;
- V** - divulgação oficial dos atos administrativos, ressalvadas as hipóteses de sigilo previstas na Constituição;
- VI** - adequação entre meios e fins, vedada a imposição de obrigações, restrições e sanções em medida superior àquelas estritamente necessárias ao atendimento do interesse público;
- VII** - indicação dos pressupostos de fato e de direito que determinarem a decisão;
- VIII** - observância das formalidades essenciais à garantia dos direitos dos administrados;
- IX** - adoção de formas simples, suficientes para propiciar adequado grau de certeza, segurança e respeito aos direitos dos administrados;
- X** - garantia dos direitos à comunicação, à apresentação de razões finais, à produção de provas e à interposição de recursos, nos processos de que possam resultar sanções e nas situações de litígio;
- XI** - proibição de cobrança de despesas processuais, ressalvadas as previstas em lei;

**XII** - impulsão, de ofício, do processo administrativo, sem prejuízo da atuação dos interessados;

**XIII** - interpretação da norma administrativa da forma que melhor garanta o atendimento do fim público a que se dirige;

**XIV** - vedação à aplicação retroativa de nova interpretação, ressalvados os casos de invalidade.

**Art. 3.º** - A Administração não iniciará qualquer atuação material relacionada com a esfera jurídica dos particulares sem a prévia expedição do ato administrativo previsto em lei, que lhe sirva de fundamento, salvo expressa permissão legal.

**Parágrafo único** - Os atos administrativos que julgarem pretensões dos particulares ou importarem na revisão de situações e direitos individuais serão precedidos do procedimento exigido por lei, sob pena de nulidade.

## **CAPÍTULO II DOS DIREITOS DOS ADMINISTRADOS**

**Art. 4.º** - O administrado tem os seguintes direitos perante a Administração, sem prejuízo de outros que lhe sejam assegurados:

**I** - ser tratado com respeito pelas autoridades e servidores, que deverão facilitar o exercício de seus direitos e o cumprimento de suas obrigações;

**II** - ter ciência da tramitação dos processos administrativos em que tenha a condição de interessado;

**III** - ter vista dos autos dos processos administrativos em que tenha a condição de interessado, obter cópias de documentos neles contidos e recorrer das decisões que lhe sejam desfavoráveis;

**IV** - conhecer as decisões proferidas nos processos administrativos;

**V** - formular alegações e apresentar documentos referentes a matéria de fato, antes da decisão, os quais serão objetos de consideração pelo órgão competente;

**VI** - fazer-se assistir, facultativamente, por advogado, salvo quando obrigatória a representação, por força de lei.

**Art. 5.º** - É assegurado a qualquer pessoa, física ou jurídica, independentemente do pagamento de taxas, o direito de petição contra ilegalidade ou abuso de poder e para a defesa de direitos.

**Parágrafo único** - Os órgãos e entidades administrativas elaborarão modelos ou formulários padronizados para assuntos que importem pretensões equivalentes.

## **CAPÍTULO III DOS DEVERES DO ADMINISTRADO**

**Art. 6.º** - São deveres do administrado perante a Administração, sem prejuízo de outros previstos em ato normativo:

**I** - expor os fatos conforme a verdade;

**II** - proceder com lealdade, urbanidade e boa-fé;

**III** - não agir de modo temerário;

**IV** - prestar as informações que lhe forem solicitadas;

**V** - colaborar para o esclarecimento dos fatos;

**VI** - não produzir provas nem praticar atos inúteis ou desnecessários à declaração ou defesa

de direito;

**VII** - não usar do processo para conseguir objetivo ilegal;

**VIII** - não opor resistência injustificada ao andamento do processo;

**IX** - não provocar incidentes manifestamente infundados.

**Art. 7.º** - É defeso ao administrado empregar expressões injuriosas nos escritos apresentados no processo, cabendo à autoridade administrativa, de ofício ou a requerimento do ofendido, mandar riscá-las.

**Parágrafo único** - Quando as expressões injuriosas forem proferidas em defesa oral, a autoridade advertirá o administrado que não as use, sob pena de lhe ser cassada a palavra.

#### **CAPÍTULO IV DO INÍCIO DO PROCESSO**

**Art. 8.º** - O processo administrativo iniciar-se-á de ofício ou a pedido do interessado.

**Art. 9.º** - o requerimento inicial do interessado, ressalvados os casos em que for admitida solicitação oral, será formulado por escrito e conterà os seguintes dados:

**I** - órgão ou autoridade administrativa a que se dirige;

**II** - identificação do interessado ou de quem o represente;

**III** - domicílio do requerente ou local para recebimento de comunicações;

**IV** - formulação do pedido, com exposição dos fatos e de seus fundamentos;

**V** - data e assinatura do requerente ou de seu representante.

**§ 1.º** - Em nenhuma hipótese, a Administração poderá recusar-se a protocolar a petição, sob pena de responsabilidade do agente.

**§ 2.º** - É vedada à Administração a recusa imotivada de recebimento de documentos, devendo o agente orientar o interessado quanto ao suprimento de eventuais falhas.

**§ 3.º** - Se o requerimento houver sido dirigido a órgão incompetente, este providenciará seu encaminhamento à unidade adequada, notificando-se o requerente.

**Art. 10** - Quando os pedidos de uma pluralidade de interessados tiverem conteúdo e fundamentos idênticos, poderão ser formulados em um único requerimento, salvo preceito legal em contrário.

#### **CAPÍTULO V DOS INTERESSADOS**

**Art. 11** - São legitimados como interessados no processo administrativo:

**I** - pessoas físicas ou jurídicas que o iniciem como titulares de direitos ou interesses individuais ou no exercício do direito de petição ou representação;

**II** - os acusados em geral;

**III** - aqueles que, sem terem iniciado o processo, têm direitos ou interesses que possam ser afetados pela decisão a ser adotada;

**IV** - os que assim o forem, extraordinariamente, considerados na forma da lei.

#### **CAPÍTULO VI DA COMPETÊNCIA**

**Art. 12** - A competência é irrenunciável e se exerce pelos agentes, órgãos e entidades administrativas a que foi atribuída como própria.

**Parágrafo único** - O titular da competência poderá, se não houver impedimento legal, delegar atribuição que integre a sua competência, quando for conveniente, em razão de circunstâncias de índole técnica, hierárquica, social, econômica, jurídica ou territorial.

**Art. 13** - Não podem ser objeto de delegação, entre outras hipóteses decorrentes de normas específicas:

**I** - a competência para a edição de atos de caráter normativo;

**II**- a decisão de recursos administrativos;

**III**- as atribuições recebidas por delegação, salvo autorização expressa e na forma por ela determinada;

**IV** - as matérias de competência exclusiva do agente, órgão ou entidade;

**V** - as competências essenciais, que justifiquem a existência do órgão ou entidade.

**Art. 14** - O ato de delegação e sua revogação serão publicados no Diário Oficial do Estado.

§ 1.º - O ato de delegação especificará as matérias e poderes transferidos, a duração, os objetivos, os limites da atuação do delegado, o recurso cabível, podendo conter ressalva de exercício da atribuição delegada, inclusive por avocação.

§ 2.º - O ato de delegação é revogável a qualquer tempo pela autoridade delegante.

§ 3.º - As decisões proferidas por delegação mencionarão explicitamente esta qualidade e considerar-se-ão editadas pelo delegado.

**Art. 15** - Inexistindo competência específica, o processo administrativo será iniciado e julgado perante a autoridade de menor grau hierárquico para decidir, designada pelo dirigente do órgão ou entidade.

## **CAPÍTULO VII DOS IMPEDIMENTOS E DA SUSPEIÇÃO**

**Art. 16** - É impedido de atuar em processo administrativo o servidor ou autoridade que:

**I** - tenha interesse pessoal, direto ou indireto, na matéria;

**II** - tenha participado ou venha a participar como perito, testemunha ou representante, ou se tais situações ocorrem quanto ao cônjuge, companheiro ou parente e afins até o terceiro grau;

**III** - esteja litigando judicial ou administrativamente com o interessado ou respectivo cônjuge ou companheiro.

**Art. 17** - A autoridade ou servidor que incorrer em impedimento comunicará o fato à autoridade competente, abstendo-se de atuar.

**Parágrafo único** - A omissão do dever de comunicar o impedimento constitui falta grave para efeitos disciplinares.

**Art. 18** - Poderá ser argüida pelos interessados, na primeira oportunidade de manifestação, a suspeição de autoridade ou servidor que tenha amizade íntima ou inimizade notória com algum dos interessados ou com os respectivos cônjuges, companheiros, parentes e afins até o terceiro grau.

**Art. 19** - Do indeferimento da alegação de suspeição caberá recurso sem efeito suspensivo.

## **CAPÍTULO VIII DA FORMA, TEMPO E LUGAR DOS ATOS DO PROCESSO**

**Art. 20** - Os atos do processo administrativo não dependem de forma determinada salvo quando a lei expressamente a exigir.

§ 1.º - Os atos do processo serão produzidos por escrito, em vernáculo, com a data e o local

de sua realização e a assinatura da autoridade responsável.

§ 2.º - Salvo imposição legal, o reconhecimento de firma somente será exigido quando houver dúvida de autenticidade.

§ 3.º - A autenticação de documentos exigidos em cópia poderá ser feita pelo órgão administrativo.

§ 4.º - Os autos do processo terão suas páginas numeradas seqüencialmente e rubricadas.

**Art. 21** - Os atos do processo devem realizar-se em dias úteis, no horário normal de funcionamento da repartição na qual tramitar o processo.

**Parágrafo único** - Serão concluídos depois do horário normal os atos já iniciados, cujo adiamento prejudique o curso regular do procedimento ou cause dano ao interessado ou à Administração.

**Art. 22** - Os atos do processo devem realizar-se-ão preferencialmente na sede do órgão, cientificando-se o interessado se outro for o local de realização.

#### **Nota Remissiva**

"...processo devem (*sic*) realizar-se-ão..."  
Correto: processo realizar-se-ão

## **CAPÍTULO IX DA COMUNICAÇÃO DOS ATOS**

**Art. 23** - O órgão competente, perante o qual tramita o processo administrativo, determinará a intimação do interessado para manifestações, ciência da decisão ou a efetivação de diligências.

§ 1.º - O instrumento de intimação conterá:

**I** - identificação do intimado e nome do órgão ou entidade administrativa;

**II** - finalidade da intimação;

**III** - data, hora e local em que o intimado deverá comparecer;

**IV** - se o intimado deverá comparecer pessoalmente ou fazer-se representar;

**V** - informação da continuidade do processo independentemente do comparecimento do intimado;

**VI** - indicação dos fatos e fundamentos legais pertinentes.

§ 2.º - A intimação observará a antecedência mínima de cinco dias quanto à data de comparecimento.

§ 3.º - Constitui ônus do interessado informar seu endereço para correspondência, bem como alterações posteriores.

**Art. 24** - A intimação poderá ser efetuada por ciência no processo, por carta com aviso de recebimento ou por outro meio que assegure a certeza da ciência do interessado.

**Art. 25** - A intimação por carta reputar-se-á efetivada mediante a entrega do instrumento no endereço do interessado e assinatura do comprovante de recebimento.

§ 1.º - Sendo o interessado pessoa jurídica, a intimação por carta será validamente efetivada por meio de entrega à pessoa com poderes de gerência geral ou de administração.

§ 2.º - Caso o destinatário se recuse a assinar o comprovante de recebimento e, no caso de interessados indeterminados, desconhecidos, com domicílio fora do Estado do Amazonas ou no estrangeiro, ou com domicílio incerto ou não sabido, a intimação será efetuada por meio de

publicação no Diário Oficial do Estado.

**Art. 26** - As intimações serão nulas quando feitas sem observância das prescrições legais, mas o comparecimento do administrado supre sua falta ou irregularidade.

**Art. 27** - O desatendimento da intimação para oferecimento de defesa não importa o reconhecimento da verdade dos fatos nem a renúncia a direito pelo administrado.

**Parágrafo único** - No prosseguimento do processo, será garantido o direito de ampla defesa ao interessado por meio de defensor dativo.

**Art. 28** - Serão objeto de intimação os atos do processo que resultem para o interessado em imposição de deveres, ônus, sanções ou restrição ao exercício de direitos e atividades e os atos de outra natureza, de seu interesse.

**Parágrafo único** - Quando o particular estiver representado nos autos por procurador, a este serão dirigidas as intimações, salvo disposição em contrário.

## **CAPÍTULO X DA INSTRUÇÃO**

**Art. 29** - As atividades de instrução destinadas a averiguar e comprovar os fatos necessários à tomada de decisão realizar-se-ão de ofício ou mediante impulsão do órgão responsável pelo processo, sem prejuízo do direito dos interessados de propor atuações probatórias.

**§ 1.º** - O órgão competente para a instrução fará constar dos autos os elementos necessários à decisão do processo.

**§ 2.º** - Os atos de instrução que exijam a atuação dos interessados realizar-se-ão do modo menos oneroso para estes.

**§ 3.º** - Durante a instrução, os autos do processo administrativo permanecerão na repartição competente.

**Art. 30** - São inadmissíveis no processo administrativo as provas obtidas por meios ilícitos.

**Art. 31** - Quando a matéria do processo envolver assunto de interesse geral, o órgão competente poderá, mediante despacho motivado, abrir período de consulta pública para manifestação de terceiros, antes da decisão do pedido, se não houver prejuízo para a parte interessada.

**§ 1.º** - A abertura da consulta pública será objeto de divulgação no Diário Oficial do Estado e jornal de grande circulação, a fim de que pessoas físicas ou jurídicas possam examinar os autos, fixando-se prazo para oferecimento de alegações escritas.

**§ 2.º** - O comparecimento à consulta pública não confere, por si, a condição de interessado do processo, mas confere o direito de obter da Administração resposta fundamentada, que poderá ser comum a todas as alegações substancialmente iguais.

**Art. 32** - Antes da tomada de decisão, a juízo da autoridade, diante da relevância da questão, poderá ser realizada audiência pública para debates sobre a matéria do processo.

**Art. 33** - Os órgãos e entidades, em matéria relevante, poderão estabelecer outros meios de participação de administrados, diretamente ou por meio de organizações e associações reconhecidas na forma da lei.

**Art. 34** - Os resultados da consulta e audiência pública e de outros meios de participação de administrados serão apresentados com a indicação do procedimento adotado.

**Art. 35** - O órgão ou entidade da Administração estadual que necessitar de informações de outros órgãos e entidades, para instrução de procedimento administrativo, poderá solicitar diretamente mediante ofício, do qual uma cópia será juntada aos autos.

**Parágrafo único** - Quando necessária à instrução do processo, a audiência de outros órgãos ou entidades administrativas poderá ser realizada em reunião conjunta, com a participação de titulares ou representantes dos órgãos competentes, lavrando-se a respectiva ata, a ser juntada aos autos.

**Art. 36** - Cabe ao interessado a prova dos fatos que tenha alegado, sem prejuízo do dever atribuído ao órgão competente para a instrução e do disposto no art. 37 desta Lei.

**Art. 37** - Quando o interessado declarar que fatos e dados estão registrados em documentos existentes na própria Administração responsável pelo processo ou em outro órgão administrativo, o órgão competente para a instrução proverá, de ofício, à obtenção dos documentos ou das respectivas cópias.

**Art. 38** - O interessado poderá, na postulação ou no prazo de defesa, juntar documentos e pareceres, requerer diligências e perícias, bem como aduzir alegações referentes à matéria objeto do processo.

§ 1.º - Os elementos probatórios serão considerados na motivação da decisão.

§ 2.º - Somente poderá ser recusada, mediante decisão fundamentada, a produção de provas propostas pelos interessados quando sejam ilícitas, impertinentes, desnecessárias ou protelatórias.

**Art. 39** - Quando for necessária a prestação de informações e esclarecimentos, serão expedidas intimações e notificações para esse fim, mencionando-se data, prazo, forma e condições de atendimento.

**Parágrafo único** - Não sendo atendida a intimação ou notificação, poderá o órgão competente, se entender relevante a matéria, suprir de ofício a omissão, não se eximindo de proferir a decisão.

**Art. 40** - Os interessados serão intimados de prova ou diligência ordenada, com antecedência mínima de cinco dias mencionando-se data, hora e local de realização.

**Art. 41** - Quando deva ser obrigatoriamente ouvido um órgão consultivo, o parecer será emitido no prazo máximo de quinze dias, salvo norma especial ou comprovada necessidade de maior prazo.

**Parágrafo único** - Se um parecer obrigatório e não vinculante deixar de ser emitido no prazo fixado, o processo poderá ter prosseguimento e ser decidido com sua dispensa.

**Art. 42** - Quando, por disposição de ato normativo, devam ser previamente obtidos laudos técnicos de órgãos administrativos, e estes não cumprirem o encargo no prazo assinalado, o órgão responsável pela instrução solicitará laudo técnico de outro órgão dotado de qualificação e capacidade técnica equivalentes.

**Art. 43** - Em caso de risco iminente, a Administração Pública poderá adotar providências acauteladoras sem a prévia manifestação do interessado.

**Art. 44** - Os interessados têm direito a obter vista, certidões e cópia dos autos, ressalvadas as hipóteses de sigilo.

**Art. 45** - Ao advogado é assegurado o direito de retirar os autos da repartição, mediante recibo, durante o prazo para manifestação de seu constituinte, salvo na hipótese de prazo comum.

**Art. 46** - O órgão de instrução que não for competente para emitir a decisão final elaborará relatório indicando o pedido inicial, o conteúdo das fases do procedimento e formulará proposta de decisão, objetivamente justificada, encaminhando o processo à autoridade competente.

## **CAPÍTULO XI DO DEVER DE DECIDIR**

**Art. 47** - A Administração tem o dever de emitir decisão expressa nos processos

administrativos em matéria de sua competência.

**Art. 48** - Concluída a instrução de processo administrativo, a Administração tem o prazo de até trinta dias para decidir, prorrogável por justo motivo.

## **CAPÍTULO XII DA MOTIVAÇÃO**

**Art. 49** - Os atos administrativos serão motivados, com indicação dos fatos e dos fundamentos jurídicos.

§ 1.º - A motivação deverá ser explícita, clara e congruente, podendo consistir em declaração de concordância com fundamentos de pareceres, informações, decisões ou propostas, que, neste caso, serão parte integrante do ato.

§ 2.º - Na solução de vários assuntos da mesma natureza, poderá ser utilizado meio mecânico que reproduza os fundamentos das decisões.

§ 3.º - A motivação das decisões orais constará de termo escrito.

## **CAPÍTULO XIII DA DESISTÊNCIA E OUTROS CASOS DE EXTINÇÃO DO PROCESSO**

**Art. 50** - O interessado poderá, mediante manifestação escrita, desistir total ou parcialmente do pedido formulado ou, ainda, renunciar a direitos disponíveis.

§ 1.º - Havendo vários interessados, a desistência ou renúncia atinge somente quem a tenha formulado.

§ 2.º - A desistência ou renúncia do interessado, conforme o caso, não prejudicará o prosseguimento do processo, se a Administração considerar que o interesse público assim o exige.

**Art. 51** - O órgão competente poderá declarar extinto o processo quando exaurida sua finalidade ou o objeto da decisão se tornar impossível, inútil ou prejudicado por fato superveniente.

## **CAPÍTULO XIV DA ANULAÇÃO, REVOGAÇÃO E CONVALIDAÇÃO**

**Art. 52** - A Administração anulará seus próprios atos, quando eivados de vício de legalidade, porque deles não se originam direitos, e poderá revogar os atos discricionários, por conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos.

**Art. 53** - São inválidos os atos administrativos que desatendam os pressupostos legais e regulamentares de sua edição, ou os princípios da Administração Pública, especialmente nos casos de:

- I - incompetência da pessoa jurídica, órgão ou agente de que emane;
- II - omissão de formalidades ou procedimento essencial;
- III- ilicitude, impossibilidade ou inexistência do objeto;
- IV - inexistência ou inadequação do motivo de fato ou de direito;
- V - abuso de poder ou desvio de finalidade;
- VI - falta ou insuficiência de motivação.

**Parágrafo único** - Nos atos discricionários, também haverá invalidade quando faltar correlação lógica entre o motivo e o objeto do ato, tendo em vista a sua finalidade.

**Art. 54** A Administração anulará seus atos inválidos, de ofício ou por provocação, salvo quando:

- I - forem passíveis de convalidação;



**II** - ultrapassado o prazo de cinco (5) anos contados de sua produção, quando se tratar de ato de que decorram efeitos favoráveis aos seus destinatários, exceto comprovada má-fé.

#### **Nota Remissiva**

Inciso II do art. 54 alterado pelo art. 1.º da Lei nº 2.961/2005.

#### **Redação Original**

II - ultrapassado o prazo de dez anos contado de sua produção, quando se tratar de ato de que decorram efeitos favoráveis aos seus destinatários, exceto comprovada má-fé.

**Art. 55** - Em decisão na qual se evidencie não acarretarem lesão ao interesse público nem prejuízo a terceiros, os atos que apresentarem defeitos sanáveis poderão ser convalidados pela própria Administração.

### **CAPÍTULO XV DO RECURSO ADMINISTRATIVO**

**Art. 56** - Das decisões administrativas caberá recursos, em face de razões de legalidade e de mérito.

§ 1.º - O recurso será dirigido à autoridade que proferiu a decisão, a qual, se não a reconsiderar no prazo de cinco dias, o encaminhará à autoridade superior.

§ 2.º - Salvo exigência legal, a interposição de recurso administrativo independe de caução.

**Art. 57** - O processo administrativo comportará recursos por, no máximo, duas instâncias administrativas, salvo disposição legal diversa.

**Art. 58** - Têm legitimidade para interpor recurso administrativo:

**I** - os interessados a que se refere o art. 11;

**II** - os terceiros juridicamente interessados.

**Art. 59** - Salvo disposição legal específica, é de dez dias o prazo para interposição de recurso administrativo, contado a partir do ato de intimação da decisão recorrida.

§ 1.º - Quando a lei não fixar prazo diferente, o recurso administrativo será decidido em trinta dias, a partir do recebimento dos autos pelo órgão competente.

§ 2.º - O prazo mencionado no parágrafo anterior poderá ser prorrogado por igual período, mediante decisão motivada.

**Art. 60** - O recurso será interposto por meio de requerimento no qual o recorrente deverá expor os fundamentos do pedido de reexame, podendo juntar os documentos que julgar convenientes.

**Parágrafo único** - Conhecer-se-á do recurso erroneamente designado, quando de seu conteúdo resultar indubitosa a impugnação do ato.

**Art. 61** - Salvo disposição legal em contrário, o recurso não tem efeito suspensivo.

**Parágrafo único** - Havendo justo receio de prejuízo de difícil ou incerta reparação decorrente da execução, a autoridade recorrida ou a imediatamente superior poderá, de ofício ou a pedido, dar efeito suspensivo ao recurso.

**Art. 62** - Quando a norma legal não dispuser de outro modo, será competente para conhecer do recurso a autoridade imediatamente superior àquela que praticou o ato.

**Art. 63** - Das decisões proferidas pelos dirigentes superiores das entidades da Administração descentralizada caberá recurso ao órgão a que a entidade esteja vinculada.

**Art. 64** - Interposto o recurso, o órgão competente para dele conhecer intimará os demais interessados para que, no prazo de cinco dias, apresentem alegações.

**Art. 65** - O recurso não será conhecido quando interposto:

**I** - fora do prazo;

**II** - perante órgão incompetente;

**III** - por quem não seja legitimado;

**IV** - pela falta de interesse de agir;

**V** - após exaurida a esfera administrativa.

**Parágrafo único** - O não conhecimento do recurso não impede a Administração de rever de ofício o ato ilegal, desde que não ocorrida preclusão administrativa.

**Art. 66** - O órgão competente para decidir o recurso poderá confirmar, modificar, anular ou revogar, total ou parcialmente, a decisão recorrida, se a matéria for de sua competência.

**Parágrafo único** - Se da aplicação do disposto neste artigo puder decorrer gravame à situação do recorrente, este será cientificado para que formule suas alegações antes da decisão.

**Art. 67** - Esgotados os recursos, a decisão final tomada em procedimento administrativo regular não poderá ser modificada pela Administração, salvo por anulação ou revisão motivada, ou quando o ato, por sua natureza, for revogável.

## **CAPÍTULO XVI DA REVISÃO**

**Art. 68** - Os processos administrativos de que resultem sanções poderão ser revistos, a qualquer tempo, a pedido ou de ofício, quando surgirem fatos novos ou circunstâncias relevantes suscetíveis de justificar a inadequação da sanção aplicada.

**Parágrafo único** - Da revisão do processo não poderá resultar agravamento da sanção.

## **CAPÍTULO XVII DOS PRAZOS**

**Art. 69** - Os prazos começam a correr a partir da data da intimação ou divulgação oficial, excluindo-se da contagem o dia do começo e incluindo-se o do vencimento.

§ 1.º - Considera-se prorrogado o prazo até o primeiro dia útil seguinte se o vencimento cair em dia em que não houver expediente ou este for encerrado antes da hora normal.

§ 2.º - Os prazos expressos em dias contam-se de modo contínuo.

§ 3.º - Os prazos fixados em meses ou anos contam-se de data a data. Se no mês do vencimento não houver o dia equivalente àquele do início do prazo, tem-se como termo o último dia do mês.

**Art. 70** - Salvo motivo de força maior devidamente comprovado, os prazos processuais não se suspendem.

**Art. 71** - Os prazos da Administração previstos nesta Lei poderão ser, caso a caso, prorrogados uma vez, por igual período, pela autoridade superior, à vista de representação fundamentada do agente responsável por seu cumprimento.

**Art. 72** - Inexistindo disposição específica, os atos do órgão ou autoridade responsável pelo processo e dos administrados que dele participem serão praticados no prazo de cinco dias, salvo motivo de força maior.

**Parágrafo único** - O prazo previsto neste artigo poderá ser dilatado até o dobro, mediante justificativa expressa.

**Art. 73** - A extrapolação dos prazos fixados para a Administração não implica a nulidade do processo.

## **CAPÍTULO XVIII DOS PROCEDIMENTOS EM ESPÉCIE**

### **SEÇÃO I DO PROCEDIMENTO DE OUTORGA**

**Art. 74** - Regem-se pelo disposto nesta Seção os pedidos de reconhecimento, de atribuição ou de liberação de direito.

**Art. 75** - A competência para apreciação do requerimento será do dirigente do órgão ou entidade encarregados da matéria versada, salvo previsão legal ou regulamentar em contrário.

**Art. 76** - O requerimento será dirigido à autoridade competente para sua decisão, observado o seguinte na sua tramitação:

**I** - protocolado o expediente, o órgão que o receber providenciará a autuação e seu encaminhamento à repartição competente, no prazo de dois dias;

**II** - o requerimento será desde logo indeferido, se não atender aos requisitos do art. 9.º, notificando-se o requerente;

**III** - a autoridade determinará as providências adequadas à instrução dos autos, ouvindo, em caso de dúvida quanto à matéria jurídica, a Procuradoria Geral do Estado;

**IV** - terminada a instrução, a autoridade proferirá decisão motivada nos vinte dias subseqüentes.

**Art. 77** - Quando duas ou mais pessoas pretenderem da Administração o reconhecimento ou atribuição de direitos que se excluam mutuamente, será instaurado procedimento administrativo para a decisão, ditado pelo princípio da impessoalidade, podendo ser deflagrada a licitação, se for o caso.

**Art. 78** - Quando dados, esclarecimentos, atuações ou documentos solicitados ao interessado forem necessários à apreciação do pedido formulado, o não atendimento no prazo fixado pela Administração para a respectiva apresentação implicará arquivamento do processo.

### **SEÇÃO II DO PROCEDIMENTO DE INVALIDAÇÃO**

**Art. 79** - Rege-se pelo disposto nesta Seção o procedimento para invalidação de ato ou contrato administrativo e, no que couber, de outros ajustes.

**Art. 80** - O procedimento para invalidação será iniciado de ofício ou a requerimento, observando as seguintes regras:

**I** - o requerimento será dirigido à autoridade dirigente do órgão ou entidade que praticou o ato ou firmou o contrato, que instaurará, presidirá e julgará o processo;

**II** - instaurado o processo, serão intimados os contratados ou beneficiários diretos do ato administrativo, para, no prazo de quinze dias, apresentarem defesa escrita e, versando a invalidação sobre matéria de fato, indicarem as provas que pretendam produzir, justificando a sua finalidade;

**III** - concluída a instrução, serão intimados os interessados para, em sete dias, apresentarem suas razões finais;

**IV** - fim do o prazo de apresentação das razões finais, a consultoria jurídica do órgão ou

entidade emitirá parecer conclusivo, em quinze dias, podendo propor, preliminarmente, diligências complementares, de cujo resultado serão intimados os interessados;

**V** - a autoridade dirigente, após o parecer do órgão jurídico, decidirá em trinta dias, por decisão motivada, do qual serão intimadas as partes mediante publicação no Diário Oficial do Estado.

**Parágrafo único** - É facultado à autoridade dirigente, em face da complexidade da matéria, constituir comissão especial para presidir o processo, composta, na administração direta e autárquica, por servidores estáveis, e, nas demais entidades, preferencialmente por seus empregados.

**Art. 81** - No curso de procedimento de invalidação, a autoridade poderá, de ofício ou em face de requerimento, suspender a execução do ato ou contrato, para evitar prejuízos de reparação onerosa ou impossível.

**Art. 82** - Invalidado o ato ou contrato, a Administração tomará as providências necessárias para desfazer os efeitos produzidos, determinando a apuração de eventuais responsabilidades.

### **SEÇÃO III DO PROCEDIMENTO SANCIONATÓRIO**

**Art. 83** - Nenhuma sanção administrativa será aplicada a pessoa física ou jurídica pela Administração Pública, sem que lhe seja assegurada ampla defesa, em procedimento sancionatório.

**Parágrafo único** - No curso do procedimento ou, em caso de extrema urgência, antes dele, a Administração poderá adotar as medidas cautelares estritamente indispensáveis à eficácia do ato final.

**Art. 84** - O procedimento sancionatório observará, salvo legislação específica, as seguintes regras:

**I** - verificada a ocorrência de infração administrativa, será instaurado o respectivo procedimento para sua apuração;

**II** - o ato de instauração, expedido pela autoridade competente, indicará os fatos em que se baseia e as normas pertinentes à infração e à sanção aplicável;

**III** - o acusado será intimado, com cópia do ato de instauração, para, em quinze dias, oferecer sua defesa e indicar as provas que pretende produzir;

**IV** - caso haja requerimento para produção de provas, a autoridade apreciará sua pertinência, em despacho motivado;

**V** - o acusado será intimado para acompanhar a produção das provas e, concluída a instrução, apresentar, em sete dias, suas razões finais;

**VI** - antes da decisão, será ouvido o órgão de consultoria jurídica;

**VII** - a decisão, devidamente motivada, será proferida no prazo máximo de trinta dias, notificando-se o interessado por publicação no Diário Oficial do Estado.

### **SEÇÃO IV DO PROCEDIMENTO DE DENÚNCIA**

**Art. 85** - Qualquer pessoa que tiver conhecimento de violação da ordem jurídica, praticada por agentes administrativos, poderá denunciá-la à Administração.

**Art. 86** - A denúncia conterà a identificação do seu autor, devendo indicar o fato e suas circunstâncias, e se possível, seus responsáveis ou beneficiários.

**Parágrafo único** - Quando a denúncia for apresentada verbalmente, a autoridade lavrará termo, assinado pelo denunciante.

**Art. 87** - Instaurado o procedimento administrativo, a autoridade responsável determinará as providências necessárias à sua instrução, observando-se os prazos legais e as seguintes regras:

**I** - manifestação obrigatória do órgão de consultoria jurídica;

**II** - o denunciante poderá ser convocado para depor;

**III** - o resultado da denúncia será comunicado ao autor, se este assim o solicitar.

## **CAPÍTULO XIX DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

**Art. 88** - Os processos administrativos que tenham disciplina legal específica continuarão a reger-se por lei própria, aplicando-se-lhes apenas subsidiariamente os preceitos desta Lei.

**Art. 89** - O Governador do Estado poderá, em face da complexidade da matéria, constituir comissão especial composta por servidores públicos estáveis, para presidir os procedimentos de invalidação e sancionatório na Administração Pública centralizada e descentralizada, respeitadas as regras de competência decisória estabelecidas nesta Lei.

**Art. 90** - Inexistindo órgão de consultoria jurídica no órgão ou entidade da Administração Pública ou em caso de alta indagação jurídica o dirigente solicitará manifestação da Procuradoria Geral do Estado.

**Art. 91** - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**GABINETE DO GOVERNADOR DO ESTADO DO AMAZONAS**, em Manaus, 06 de maio de 2.003.

**EDUARDO BRAGA**  
Governador do Estado

**ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JUNIOR**  
Secretário de Estado de Governo

**JOSÉ ALVES PACÍFICO**  
Secretário de Estado Chefe da Casa Civil

**JORGE HENRIQUE DE FREITAS PINHO**  
Procurador-Geral do Estado

**JOSUÉ CLÁUDIO DE SOUZA FILHO**  
Ouvidor Geral do Estado

**ALFREDO PAES DOS SANTOS**  
Secretário de Estado da Fazenda

**JOSÉ CARLOS DE SOUZA BRAGA**  
Secretário de Estado de Planejamento e  
Desenvolvimento Econômico

**JORGE NELSON SMORIGO**  
Secretário de Estado de Administração  
Recursos Humanos e Previdência

**CARLOS LELIO LAURIA FERREIRA**  
Secretário de Estado de Justiça e Direitos Humanos

**JÚLIO ASSIS CORRÊA PINHEIRO**  
Secretário de Estado de Segurança Pública

**ROSANE MARQUES CRESPO COSTA**  
Secretária de Estado de Educação  
e Qualidade de Ensino

**LENY NASCIMENTO DA MOTTA PASSOS**  
Secretária de Estado de Saúde

**ROBÉRIO DOS SANTOS PEREIRA BRAGA**  
Secretário de Estado de Cultura

**MARYSE MENDES PERES**  
Secretária de Estado de Assistência Social

**MARCO ANTÔNIO SOUZA RIBEIRO DA COSTA**  
Secretário de Estado do Trabalho e Cidadania

**JOÃO MENDES DA FONSECA JÚNIOR**  
Secretário de Estado da Juventude, Desporto e Lazer

**MARILENE CORRÊA DA SILVA FREITAS**  
Secretária de Estado da Ciência e Tecnologia

**VIRGÍLIO MAURÍCIO VIANA**  
Secretário de Estado do Meio Ambiente e  
Desenvolvimento Sustentável

**GEORGE TASSO CALADO**  
Secretário de Estado de Terras e Habitação

**JOÃO BOSCO GOMES SARAIVA**  
Secretário de Estado de Infra-estrutura

**LUIZ CASTRO ANDRADE NETO**  
Secretário de Estado de Produção Agropecuária, Pesca e  
Desenvolvimento Rural Integrado

Publicação:  
D.O.E. de 06/05/2003